

Recesso começa só no dia 16

O Congresso Nacional deverá prorrogar seus trabalhos até o dia 16, para concluir a votação dos projetos de lei que tratam da política salarial, regulamentação do IPMF, concessões do serviço público e lei orgânica dos partidos políticos, além da LDO. Ontem, no meio de uma reunião dos líderes partidários no Senado, para discutir a nova lei orgânica dos partidos, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) telefonou ao presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) para convencê-lo a aceitar a prorrogação. Inocêncio prometeu levar a proposta aos líderes da Câmara, na reunião marcada para hoje. Os senadores chegaram ao consenso de que era impossível cumprir a pauta de projetos até o dia 10, data fixada anteriormente para o fim dos trabalhos do primeiro semestre.

Os deputados têm que ficar para a votação da LDO, que ocorre em sessão do Congresso e esperar o retorno à Casa do projeto da política salarial para entrar em recesso. Ao contrário da Câmara, o Senado está com a pauta congestionada. Para o líder do PPR, senador Eptácio Cafeteira (MA), a maior parte destes projetos deverá ser votada em agosto, após o recesso. "São projetos para serem votados durante o ano inteiro. Por que deixar tudo para o início do recesso?", questiona Cafeteira, acrescentando que nestes últimos dois anos e meio, ainda não houve recesso".

Condição — O senador afirmou que o PPR tem como prioridade a votação da política salarial. O projeto, segundo Cafeteira, deve ser votado antes do projeto de regulamentação do IPMF. A mesma condição foi imposta pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). "Sem política salarial, nada de IPMF", afirmou. Através de um acordo entre os líderes, o IPMF não receberá emendas no Senado para

não ter que retornar à Câmara. O Governo tem pressa de sancionar o projeto, pois perde arrecadação a cada dia sem o novo imposto.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lyra (PFL-PB), afirmou que a LDO começa a ser discutida hoje pelos membros da comissão. O relator do projeto, deputado João Almeida (PMDB-BA), apresentará um substitutivo. Foram apresentados 553 emendas à LDO. Raimundo Lira quer que o projeto seja votado pela Comissão até amanhã.

João Almeida contou ter trocado muitas informações com técnicos do Governo, antes de preparar o seu relatório. Na LDO, que servirá como orientação para a elaboração do orçamento da União para o próximo ano, educação, saúde e ciência e tecnologia são as prioridades. Os investimentos, em ciência e tecnologia terão a finalidade de promover o aumento da produtividade agrícola e a conservação da infra-estrutura.